

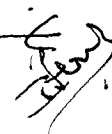


Instrumentos Previsionais para o ano de 2015

Índice

Nota introdutória.....	5
1. Política e Estratégia.....	7
1.1 Objetivos Estratégicos.....	7
1.2 Compromisso de sustentabilidade financeira e organizacional.....	8
2. Enquadramento e pressupostos para os documentos previsionais para o ano de 2015.....	10
2.1 Enquadramento do Orçamento de 2015.....	10
2.2 Contrato programa para 2015.....	10
3. Plano de atividades anual.....	11
3.1 Principais atividades	11
3.1.2 Escola municipal de natação (EMNS)	11
3.1.3 Parque Aquático Municipal – exterior do Complexo Aquático Municipal	11
3.1.4 Festival Nacional de Gastronomia.....	11
3.2 Infraestruturas sob gestão da empresa	12
3.2.1 Piscinas interiores (Complexo e sacapeito)	12
3.2.2 Parque Aquático	12
3.2.3 Pavilhão Gimnodesportivo e Nave Municipal.....	12
3.2.4 Campo Chã das Padeiras.....	12
3.2.5 Outros equipamentos	13
3.3 Planeamento de atividades multidisciplinares de lazer e tempos livres	13
3.4 Manutenção, conservação e logística	13
4. Planeamento económico-financeiro e instrumentos de gestão previsual.....	14
4.1 Plano de recursos humanos.....	14
4.1.2 Estrutura previsual.....	14
4.1.3 Custos	15
4.1.4 Desenvolvimento pessoal	15
4.2 Demonstração de resultados previsual.....	17
4.3 Orçamento de exploração previsual.....	18
4.4 Demonstração de fluxos de caixa previsual.....	21

4.5 Balanço previsional.....	21
4.6 Fundamentação das verbas inscritas no Contrato Programa.....	23
4.7 Prestação de serviços ao Município de Santarém.....	23
4.8 Prestação de serviços a outras entidades.....	23
5. Parecer do Fiscal Único sobre os documentos de gestão previsional para 2014.....	24
6. Compromissos plurianuais – autorização prévia genérica	25



Nota introdutória

A Viver Santarém, apesar do esforço sério e empenhado dos seus trabalhadores, não conseguiu, nos últimos dois anos, respeitar todos os critérios contidos no artigo 62.º da Lei 50/2012, de 31 de Agosto.

As decisões de gestão associadas às condições do mercado, não permitiram gerar a cobertura dos custos de exploração.

Face ao disposto no art.º 62º da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, mostrou-se inevitável reestruturar profundamente a empresa municipal Viver Santarém, por apresentar resultado líquido negativo nos últimos 2 exercícios, de forma a evitar a sua dissolução, conforme impõe a referida disposição legal.

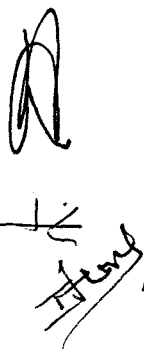
Neste quadro, o executivo municipal apresentou uma solução juridicamente viável e financeiramente sustentável, que permitiu demonstrar, de forma quantificada, o cumprimento dos requisitos contidos na Lei 50/2012, de 31 de Agosto e, ao mesmo tempo, capaz de evidenciar o valor acrescentado da gestão das atividades prosseguidas sob a forma empresarial.

Continuamos a acreditar no paradigma da empresarialização destas atividades, baseada na introdução de mecanismos de mercado e na adoção de ferramentas de gestão privada, na promoção de competição entre os fornecedores de serviços de interesse geral, no desenvolvimento da iniciativa económica, na expectativa da melhoria do serviço para o cidadão e no aumento da eficiência e da flexibilização da gestão.

A escolha dessas mesmas atividades prende-se com critérios de operacionalidade, que justificam a agilização de procedimentos, para que as atividades empresarializadas se tornem cada vez mais eficientes e sustentáveis do ponto de vista do custo-benefício;

Avocadas as competências anteriormente delegadas nas áreas da cultura e gestão urbana, por serem financeiramente ineficientes e insustentáveis, e reduzido o seu objeto social, ficaram na gestão da empresa reestruturada atividades que, mercê do seu cariz mais operacional e gerador de receitas próprias, poderão, por um lado, viabilizar a empresa e, por outro, fazer cumprir os critérios legais atualmente em vigor, expressos na Lei 50/212, de 31 de agosto.

As vantagens da gestão das atividades no âmbito do desporto, tempos livres e lazer, desenvolvidas sob a forma empresarial, sobrepõem-se largamente aos inconvenientes da prestação direta pelos serviços municipais, acautelando os princípios de



racionalidade no contexto das novas formas de gestão e gerando receitas consideráveis nalguns equipamentos que permitam a alocação dos respetivos resultados à manutenção das infraestruturas desportivas do Município sob gestão da empresa, reduzindo os gastos deste nesta área.

O Conselho de Administração da Viver Santarém, Desporto e Lazer, EM SA,

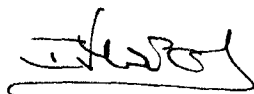
Em Santarém, 22 de outubro de 2014,

O Presidente,

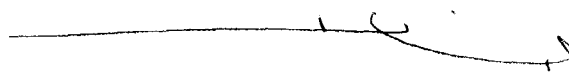


Ricardo Gonçalves

Os Vogais,

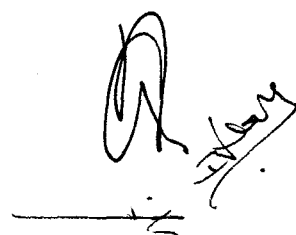


Inês Barroso Lopes



Luis Sousa Farinha

1. Política e Estratégia



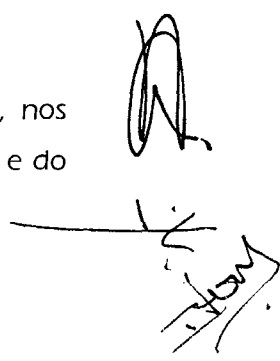
1.1 Objetivos Estratégicos

São objetivos estratégicos da Viver Santarém, Desporto e Lazer, EM SA (VS) os constantes do seu objeto social, nomeadamente:

Assegurar a prestação de serviço público no âmbito da atividade física e desportiva, do lazer e tempos livres e de outras atividades de animação do concelho, nomeadamente as que sejam determinadas realizar pelo município nos espaços e equipamentos sob sua gestão.

No âmbito da prestação de serviço público, constituem objetivos da VS:

- a) Assegurar a programação e gestão geral dos espaços e equipamentos que, a cada momento, lhe estejam afetos;
- b) Assegurar a programação, produção e supervisão de atividades físicas e desportivas de iniciativa municipal que se enquadrem no âmbito das opções de incentivo e apoio à prática desportiva, definidas pela Câmara Municipal;
- c) Participar em coproduções ou colaborações com outras entidades, públicas ou privadas, que se enquadrem no seu objeto social;
- d) Assegurar a produção e supervisão de atividades de lazer e de animação de iniciativa municipal que se enquadrem no âmbito das opções culturais definidas pela Câmara Municipal;
- e) Assegurar a gestão, exploração e manutenção de espaços e equipamentos que, a cada momento, lhe estejam afetos.
- f) Promover e dinamizar a prática das diferentes atividades físicas e desportivas e desportivas, incluindo o desporto adaptado, com especial enfoque no desporto de formação e na igualdade de género, privilegiando sempre a responsabilidade social das instituições;
- g) Contribuir para o desenvolvimento desportivo do concelho;
- h) Otimizar a gestão das infraestruturas desportivas do concelho, ao nível da operação e manutenção, bem como da maximização da utilização das diversas instalações;

- 
- i) Contribuir para a formação de públicos, designadamente dos mais jovens, nos domínios da sensibilização e da divulgação do desporto e da atividade física e do lazer;
 - j) Fomentar o intercâmbio desportivo e cultural a nível nacional e internacional;
 - k) Organizar e apoiar ações desportivas, culturais e de lazer de prestígio.
 - l) Com o objetivo de aproveitamento de sinergias entre a VS, a Câmara Municipal de Santarém e outras empresas do setor empresarial municipal, na prossecução de uma política de gestão integrada, nomeadamente no que respeita à uniformização de critérios de gestão em diversas áreas, a VS exercerá também a atividade de consultadoria nas áreas da sua especialidade.

1.2 Compromisso de sustentabilidade financeira e organizacional

O primeiro e principal compromisso assume-se com a gestão racional e rigorosa, que permita ganhos de eficácia e eficiência no desenvolvimento dos objetivos estratégicos. Numa frase, fazer mais com menos...

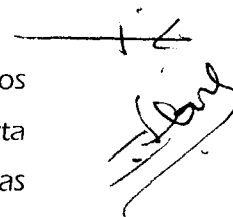
O novo enquadramento legislativo que regula a atividade empresarial local tem uma abrangência e uma exigência superiores ao anterior.

A Lei 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local (RJAEL) e o Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o regime jurídico do setor público empresarial (RJSPE), trazem ao léxico das empresas locais expressões que devem ser o fundamento da sua gestão.

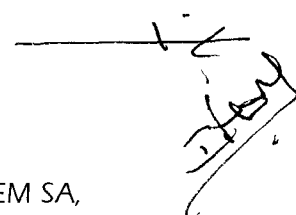
Frequentes no RJAEL, e também no RJSPE, preconizam que as empresas locais e públicas devem obter receitas que promovam a sua autossustentabilidade: “tendencialmente autossustentável” (RJAEL, art. 20º, nº.1), “viabilidade económica e o equilíbrio financeiro” (RJAEL, art. 31º), “viabilidade e sustentabilidade económica e financeira das unidades” (RJAEL, art. 32º, nº.1), “controle financeiro destinado a averiguar a legalidade, economia, eficiência e eficácia da sua gestão” (RJAEL, art. 39º, nº. 1), “resultados anuais equilibrados” (RJAEL, arts. 40º, nº. 1 e 55º, nº. 1), “equilíbrio de exploração” (RJAEL, art. 40, nº. 5), “cobertura dos desvios financeiros” (RJAEL, art. 40, nº. 6), “regras de equilíbrio de contas” (RJAEL, art. 41º, nº.5), “eficiência económica” (RJAEL, art. 45º), “condições financeira equilibradas” (RJAEL, art. 46º, nº. 1, “b” e RJSPE, art. 55º, “b”), “viabilidade económica e financeira” (RJSPE, art. 10º, nºs. 2 e 3),

"orçamento adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis" (RJSPE, art. 43º) e "desenvolvimento sustentável" (RJSPE, art. 45º, nº. 1).

O equilíbrio e a sustentabilidade financeira serão o nosso compromisso e o dos nossos trabalhadores, numa efetiva mobilização para uma prestação mais eficiente da oferta de serviços e investimento em novas áreas de negócio, que vá ao encontro das necessidades e expectativas da população do concelho, que assente ainda numa rede de parceiros e patrocinadores que se pretende cada vez maior e mais sólida.



2. Enquadramento e pressupostos para os documentos previsionais para o ano de 2015



2.1 Enquadramento do Orçamento de 2015

A aprovação do plano de reestruturação da empresa municipal Viver Santarém, EM SA, na ótica da exploração do investimento e do financiamento, que incorpora a gestão dos equipamentos desportivos e de lazer e que permite o desenvolvimento maioritariamente sustentado pelo seu volume de negócios, gerador da rentabilidade, permitirá reinvestir nos equipamentos comoditados e promover um maior desenvolvimento dos valores e das atividades do concelho de Santarém.

Perante a exploração desenhada ao nível das várias vertentes do negócio, perspetiva-se uma rentabilidade geradora de *cash-flows* positivos. Contudo, não é ainda possível perspetivar em concreto um plano de investimentos anual ou plurianual nos equipamentos.

Quanto ao financiamento da atividade, prevê-se uma diminuição do nível de subsídios, representando o volume de negócios cerca de 52,2% deste financiamento no ano de 2015. Relativamente ao nível de financiamento da CMS, este apresenta-se na ordem dos 36,9% dos gastos totais. Esta subsidiação está prevista maioritariamente para a área do desenvolvimento desportivo, no âmbito dos preços sociais praticados nestes equipamentos.

No âmbito deste projeto não se prevê recorrer a fontes de financiamento externas, utilizando-se apenas recursos próprios, mais otimizados, que permitem alavancar o volume de negócios e, desta forma, melhorar o nível de independência financeira.

2.2 Contrato programa para 2015

As transferências financeiras do contrato programa estão enquadradas como subsídio à exploração, e destina-se a gastos com a estrutura de apoio à atividade da empresa, gestão de infraestruturas e equipamentos desportivos (as atividades nalguns dos equipamentos são maioritariamente de índole associativa ou social e a sua utilização ocorre essencialmente a título gratuito), e prática de preços sociais, na prossecução do interesse público.

3. Plano de atividades anual

3.1 Principais atividades

3.1.2 Escola municipal de natação (EMNS)

Da análise da escola, face ao número de classes, o número de horas afeto e lecionado em cada classe, o valor correspondente a cada técnico que as leciona e o valor que cada utente paga pelo referido serviço, podemos concluir que a EMNS conseguiu continuar a superar os seus objetivos e metas traçadas na fidelização de utentes, qualidade de serviços e por sua vez na continuidade de valor gerado para a empresa, sem grandes variações nos últimos anos letivos.

Prevê-se que os rendimentos se possam manter na média dos últimos 3 anos, cerca de 250 mil euros anuais, com gastos diretos de fornecimento de serviços externos na ordem dos 200 mil euros anuais.

A variação do número de alunos e utilizadores informais das instalações de interiores do Complexo Aquático e Piscinas do Sacapeito não é relevante, cifrando-se numa média anual de 1.700 inscritos nos últimos 3 anos.

3.1.3 Parque Aquático Municipal – exterior do Complexo Aquático Municipal

Com utilização durante a época balnear, entre os meses de Junho e setembro, este equipamento atingiu níveis de ocupação relevantes: em 2014 contabilizou 135.485 utilizadores,

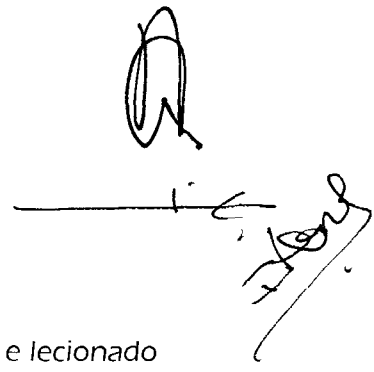
Foram geradas receitas de 653 mil euros em 2013 e 676 mil euros em 2014.

A este equipamento acorrem maioritariamente utilizadores de fora do Concelho, aos fins-de-semana e feriados, sendo a utilização semanal maioritariamente composta por grupos organizados por escolas, juntas de freguesia, organizações de ocupação de tempos livres e outras entidades sem fins lucrativos.

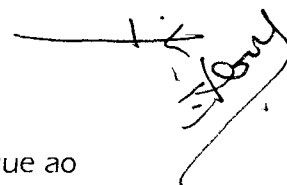
3.1.4 Festival Nacional de Gastronomia

Organizado pela empresa pela primeira vez em 2013, decorre à data da elaboração deste documento a 34ª edição.

Festival de grande projeção e visibilidade a nível nacional, que se pretende dinamizar atingindo maior dimensão e relevância, com incremento do número de visitantes,



patrocinadores e participantes, numa clara aposta no desenvolvimento da economia local e regional numa área de atividade de lazer com grande potencial de crescimento.



3.2 Infraestruturas sob gestão da empresa

Conscientes de que as instalações e equipamentos ocupam um lugar de destaque ao nível do incentivo à prática desportiva e ocupação de tempos livres, continuarão a ser programadas ações específicas de desenvolvimento, atração e fidelização da população para a prática das diversas modalidades que comportam.

3.2.1 Piscinas interiores (Complexo e Sacapeito)

Pretende-se a continuidade do desenvolvimento das atividades regulares neste equipamento, essencialmente ocupado pela escola municipal de natação, escolas do concelho, associativismo desportivo local e população em geral.

3.2.2 Parque Aquático

Pólo de atração nacional durante a época balnear, pretende-se no ano de 2015 a continuidade da prestação dos serviços, elevando a qualidade das experiências proporcionadas aos utilizadores.

3.2.3 Pavilhão Gimnodesportivo e Nave Municipal

Com utilização maioritária pelos agentes do associativismo desportivo do concelho, pretende-se alargar a novas áreas de negócio, nomeadamente pela rentabilização de espaços e salas com utilização até agora residual.

3.2.4 Campo Chã das Padeiras

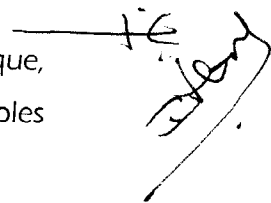
Único campo de relvado natural do concelho, serve de palco às provas desportivas oficiais das modalidades praticadas.

Com utilização limitada às condições particulares de um relvado natural que, no entanto, se maximiza com especial dedicação, técnica e metodologia de tratamento e manutenção, é utilizado essencialmente pelo tecido associativo desportivo do concelho.



3.2.5 Outros equipamentos

Pretende-se assegurar a programação e gestão geral dos espaços e equipamentos que, eventualmente e a cada momento, lhe sejam afetos, por comodato ou simples deliberação do executivo municipal.



3.3 Planeamento de atividades multidisciplinares de lazer e tempos livres

Planear e instituir metodologias com uma organização capaz de potenciar um elevado grau de eficiência e eficácia na gestão de todos os recursos necessários à implementação, operacionalização e desenvolvimento de atividades, evitando redundâncias funcionais e promovendo a concertação transversal das necessidades.

Em paralelo, é efetuado o planeamento da utilização dos equipamentos, permitindo uma análise do histórico das atividades e a recolha de dados para a antecipação rigorosa no que se refere aos meios a afetar a cada atividade ou evento.

3.4 Manutenção, conservação e logística

Regulamentação e sistematização das solicitações de entidades externas e de eventos, mas principalmente a decorrente da própria atividade da empresa, planeando todas as intervenções com uma gestão eficiente da afetação de recursos humanos e materiais, de forma criteriosa e seletiva.

A manutenção preventiva e corretiva das infraestruturas é calendarizada com a sequência que afete apenas no mínimo a exploração, potenciando a segurança, a qualidade da prestação dos serviços e a redução dos custos de cada operação.

4. Planeamento económico-financeiro e instrumentos de gestão previsional

Considerando o plano de reestruturação da empresa, deliberado nos órgãos competentes para o efeito, todos os instrumentos de gestão previsional refletem as previsões incluídas no plano aprovado.

4.1 Plano de recursos humanos

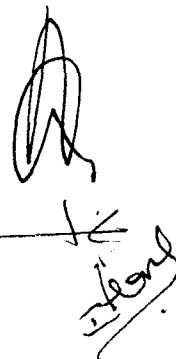
Os recursos humanos, também chamados de capital humano, são um dos principais ativos da empresa.

Na sequência da reestruturação da empresa, mostrou-se necessária a reformulação da orgânica da empresa, bem como de processos e de métodos de trabalho, sempre com o objetivo da melhoria contínua da performance organizacional da empresa e otimização do potencial dos trabalhadores.

4.1.2 Estrutura previsional

Departamento Administrativo e financeiro	
Diretor	1
Técnico superior	1
Assistente técnico	7
Assistente operacional	4
Equipa Multidisciplinar de Planeamento de atividades	
Coordenador	1
Técnico superior	8
Assistente técnico - encarregado	1
Assistente técnico – nadador salvador	1
Assistente técnico	2
Assistente operacional – nadador salvador	2
Assistente operacional	7

Equipa Multidisciplinar de manutenção e infraestruturas	
Coordenador	1
Assistente técnico - encarregado	1
Assistente operacional	14



Quadro de pessoal previsional para 2015 - totais	
Diretor	1
Coordenador	2
Técnico superior	9
Assistente técnico - encarregado	2
Assistente técnico – nadador salvador	1
Assistente técnico	9
Assistente operacional – nadador salvador	2
Assistente operacional	25
TOTAL	51

4.1.3 Custos

Previsivelmente, considerando o que nesta data se conhece do Orçamento de estado para 2015, bem como a fase de reestruturação da empresa, não são considerados quaisquer aumentos salariais.

Os valores apresentados em termos de custos são globais e não tem em conta a possível redução de remunerações, pela medida não estar ainda aprovada, não sendo possível enquadrar o seu efeito.

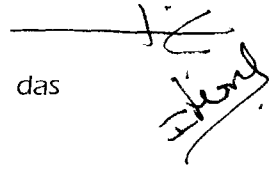
4.1.4 Desenvolvimento pessoal

Consciente de que o êxito da gestão dos trabalhadores depende também do reconhecimento do mérito, será desenvolvido um modelo de avaliação de desempenho neste ano, que reconheça o contributo e desempenho de cada trabalhador para os resultados da sua área e identificação de situações suscetíveis de necessidade de correção.

No âmbito da formação, o objetivo é potenciar a qualificação profissional dos trabalhadores, que trará reflexos no seu desempenho, valorização pessoal e criação de valor para a organização.

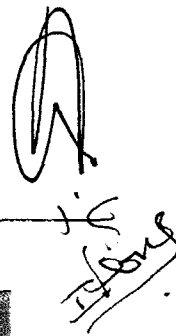


Preconiza-se um maior envolvimento e mobilização dos trabalhadores, apesar das condições desfavoráveis externas à empresa.



4.2 Demonstração de resultados previsional

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) do período de 2015
(montantes em euros)



Demonstração de resultados previsional	
Vendas e serviços prestados	1 251 316€
Subsídios à Exploração	600 000€
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	
Variação nos inventários da produção	
Trabalhos para a própria entidade	
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	921€
Fornecimento e serviços externos	731 646€
Gastos com o pessoal	892 129€
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	
Provisões (aumentos/reduções)	
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	
Aumentos/reduções de justo valor	
Outros rendimentos e ganhos	
Outros gastos e perdas	
EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	226 620€
Gastos/reversões de depreciação e amortização	
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	
EBIT (Resultado Operacional)	226 620€
Juros e rendimentos similares obtidos	1 986€
Juros e gastos similares suportados	
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	228 606€
Imposto sobre o rendimento do período	45 721€
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	182 885€

A demonstração de resultados que aqui se apresenta, como acima referenciado, é representativa do estudo económico-financeiro que serviu de suporte à aprovação do plano de reestruturação da empresa pelos órgãos competentes.

4.3 Orçamento de exploração previsual

6	GASTOS	1.623.775 €
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	731.646 €
6221	Trabalhos Especializados	22.434 €
6222	Publicidade e propaganda	10.068 €
6223	Vigilância e Segurança	47.688 €
6224	Honorários	114.792 €
6226	Conservação e Reparação	75.936 €
6231	Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	11.244 €
	Livros e documentação técnica	120 €
6233	Material de Escritório	10.476 €
	Artigos para oferta	6.300 €
6241	Eletricidade	180.000 €
6242	Combustíveis	87.684 €
6243	Água	61.620 €
6251	Deslocações e estadas	540 €
6261	Rendas e alugueres	6.900 €
6262	Comunicação	15.648 €
6263	Seguros	5.832 €
	Contencioso e notariado	840 €
6266	Despesas de representação	1.548 €
6267	Limpeza, Higiene e Conforto	27.516 €
6268	Outros Fornecimentos e Serviços	44.460 €
63	GASTOS COM O PESSOAL	892.129 €
631	Remunerações dos órgãos sociais	0 €
632	Remunerações do pessoal	675.457 €
635	Encargos sobre remunerações	159.284 €
	Seguro de acidentes de trabalho	6.755 €
637	Gastos de Ação Social	50.633 €
638	Outros gastos com pessoal	0 €
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORT.	0 €
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	0 €
69	GASTOS E PERDAS FINANCIAMENTO	0 €
7	RENDIMENTOS	1.853.302 €
71	VENDAS	1.316 €
72	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.250.000 €
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	600.000 €
7511	Contrato - Programa C. M. S.	600.000 €
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	0 €
79	Juros, Dividendos e Out.Rend.Similares	1.986 €

Nota Explicativa:

O valor global do Orçamento de Gastos para o ano de 2015 é de 1.623.775€, e Rendimentos de 1.853.302€



Gastos:

Trabalhos especializados - prestações de serviços manutenção de equipamentos elétricos, assistência especializada, técnico e revisor oficiais de contas ou inspeções obrigatórias de equipamentos;

Publicidade e propaganda – divulgação de projetos, ações ou eventos;

Vigilância e Segurança - prestação de serviços de vigilância e segurança às instalações e atividades em que se mostre necessário;

Honorários - Técnicos ao serviço da Escola Municipal, apoio jurídico e outras prestações de serviços;

Conservação e reparação - trabalhos de conservação e reparação corrente de equipamentos;

Ferramentas e utensílios de desgaste rápido – Ferramentas de uso comum, elétrico e outros;

Material de escritório - estacionário, material informático, artigos de papelaria, software ou hardware;

Eletricidade, combustíveis e água – Consumo nas instalações sob gestão da empresa;

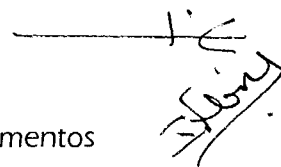
Comunicações – Comunicações móveis e fixas, correio terrestre e despesas com website;

Seguros - Apólices de contratação obrigatória, como Multi-riscos, Responsabilidade Civil e Acidentes pessoais de grupo;

Despesas de Representação - despesas de representação em atividades do interesse da empresa;

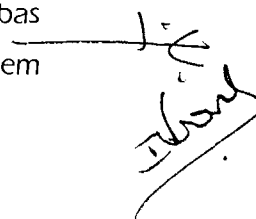
Limpeza, Higiene e Conforto - produtos de limpeza, higiene e desinfeção;

Outros Fornecimentos e Serviços - despesas não enquadráveis noutras rubricas, decorrentes de encargos com licenças, atividades e eventos. Inclui-se nesta rubrica o valor de produtos químicos para tratamento de águas;



Gastos com Pessoal - gastos com salários e respetivos encargos;

Verifica-se que, no decurso do exercício, mostrar-se-á adequado alterar algumas verbas previstas nas contas de gastos, transpondo-as de umas para outras rúbricas, sem qualquer alteração do valor total orçamentado.



Rendimentos:

Prestação de serviços – inscrições na escola municipal de natação, receitas de bilheteira do Parque Aquático, receitas de bilheteira de outras atividades e outras prestações de serviços;.

Subsídio à exploração - Contrato programa a celebrar com o Município de Santarém.


4.4 Demonstração de fluxos de caixa previsional

Demonstração dos Fluxos de Caixa do período de 2015 (montantes em euros)

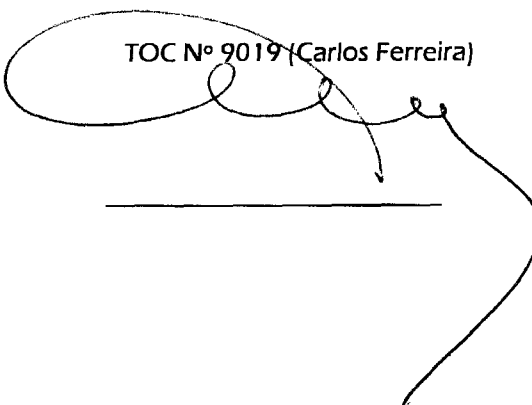
RUBRICAS	PERÍODO 2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto	
Recebimentos de clientes	1.410.858,68
Pagamentos a fornecedores	827.669,58
Pagamentos ao pessoal	892.129,00
Caixa gerada pelas operações	(308.939,90)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	
Outros recebimentos/pagamentos	360.714,90
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	51.775,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	
Outros ativos	
Recebimentos provenientes de:	
Subsídios ao investimento	
Juros e rendimentos similares	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Juros e gastos similares	1.986,00
Pagamentos respeitantes a:	
Juros e gastos similares	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	1.986,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	53.761,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	53.761,00

O Conselho de Administração





TOC N° 9019 (Carlos Ferreira)





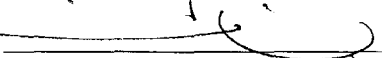
4.5 Balanço previsional

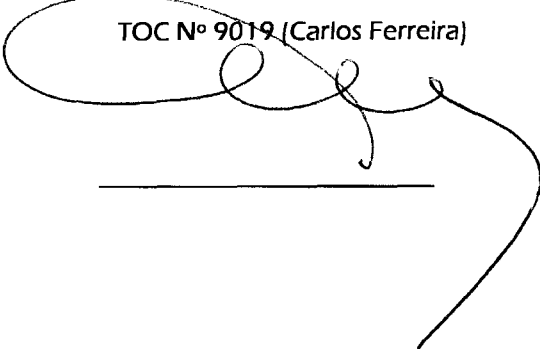
Balanço - (modelo normal) a 31-12-2015 (montantes em euros)

RUBRICAS		DATA
		2015
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis		
Propriedades de investimento		
Ativo corrente		
Inventários		38,00
Clientes		128.260,00
Estado e outros entes públicos		
Outras contas a receber		250.000,00
Diferimentos		
Caixa e depósitos bancários		53.761,00
		432.059,00
Total do ativo		432.059,00
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital realizado		65.000,00
Reservas legais		
Resultados transitados		
Outras variações no capital próprio		
Resultado líquido do período		182.885,00
Total do capital próprio		247.885,00
Passivo		
Passivo não corrente		
Passivo corrente		
Fornecedores		72.255,00
Estado e outros entes públicos		111.919,00
Outras contas a pagar		
Diferimentos		
		184.174,00
Total do passivo		184.174,00
Total do capital próprio e do passivo		432.059,00

O Conselho de Administração

TOC N° 9019 (Carlos Ferreira)



4.6 Fundamentação das verbas inscritas no Contrato Programa

No âmbito das competências delegadas pelo Município de Santarém na empresa, celebra-se um contrato programa onde se estabelecem as verbas necessárias para cobertura do défice de exploração, definindo ainda os graus de eficácia e eficiência que se pretendem atingir na avaliação da execução dos objetivos propostos para este ano.

Este défice de exploração decorre da prática de preços sociais ou gratuitidades de utilização definidas nas orientações do Município para a utilização dos equipamentos e participação em atividades em situação de igualdade de oportunidade à população do nosso concelho.

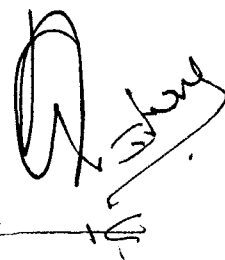
No subsídio considerado para o ano de 2015, que ascende a 600.000€, não estão incluídas verbas a título de pagamentos de prestações de serviços.

4.7 Prestação de serviços ao Município de Santarém

Poderão prestados estes serviços, contudo e considerando que o próprio Município se encontra em fase de elaboração dos seus documentos previsionais, não é possível valorar estes serviços nesta data.

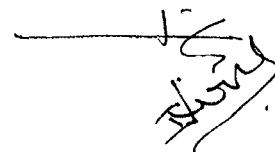
4.8 Prestação de serviços a outras entidades

Conforme previsto nos estatutos, mediante prévia autorização, a empresa poderá prestar serviços a outras entidades, nomeadamente serviços de consultoria.

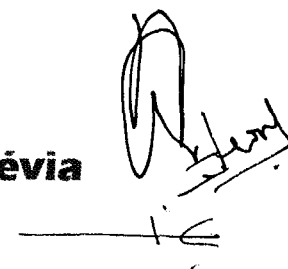
A handwritten signature in black ink is located in the top right corner of the page. Below the signature, there is a rectangular stamp, partially obscured by the signature, which appears to contain some text and a date.

**5. Parecer do Fiscal Único sobre os documentos de
gestão previsional para 2014**

Anexo I



6. Compromissos plurianuais – autorização prévia genérica



Proposta de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei 8/2012, de 8 de fevereiro, lei dos Compromissos e pagamentos em atraso (LCPA)

Considerando que:

A alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei 8/2012, de 21 de fevereiro, dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia;

Esta Lei é aplicável ao setor empresarial local, nos termos do n.º 2 do seu artigo 2.º;

No respeitante às empresas locais estas normas devem ser adaptadas, considerando que o órgão deliberativo da empresa é a sua Assembleia Geral, e que o acionista único, o Município de Santarém, deve mandar o seu representante para deliberação da autorização em reunião de executivo municipal, podendo ser este mandato deliberado em conjunto com o mandato para aprovação dos instrumentos previsionais;

O Conselho de Administração da Viver Santarém, Desporto e Lazer, EM SA, propõe que, por motivos de simplificação e agilização processuais, aplicando uma solução idêntica à preconizada para, por exemplo, as Camaras Municipais, que a Assembleia Geral, após prévia deliberação de aprovação e atribuição de mandato a representante da Camara Municipal de Santarém, delibere:

1. Para os efeitos previstos no artigo e com os considerandos supracitados, emitir autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais pelo Conselho de Administração da Viver Santarém, Desporto e Lazer, EM SA, nos seguintes termos:
 - a) Compromissos que resultem de contratações sob qualquer forma jurídica, desde que os encargos resultantes estejam previstos no orçamento para 2015;
 - b) Que estes encargos não excedam, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação, o limite máximo de 50.000€ e o período temporal de 36 meses.
2. A assunção de compromissos plurianuais contidos nesta autorização prévia apenas serão efetivos, para além do previsto no número anterior, desde que sejam

respeitadas todas as regras e procedimentos previstos na referida lei, bem como no Decreto-lei 127/2012, de 21 de junho, que a regulamenta,

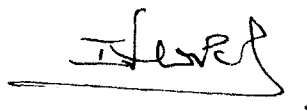
Santarém, 22 de outubro de 1014

O Presidente do Conselho de Administração,

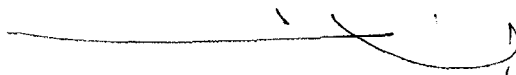


Ricardo Gonçalves

Os Vogais,



Ines Barroso Lopes



Luis Sousa Farinha



PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 25.º, alínea j) da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2015, da **Viver Santarém – Desporto e Lazer, EM, SA**, consistindo, nos Planos plurianuais e anuais de atividades, Orçamento anual de exploração e Balanço previsional (que evidencia um total de ativo líquido de 432 059,00 € e um total de capital próprio positivo de 247 885,00 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 182 885,00 euros).

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;

2/2
1/2
[Handwritten signature]

- a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a adequação da apresentação da informação previsional;

b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

5. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer

6. Com base no trabalho efectuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, a qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adoptados pela entidade.

7. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Entroncamento, 22 de Outubro de 2014

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associado, SROC, Lda

Representada por

[Handwritten signature]
Roc 333
José de Jesus Gonçalves Mendes